

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Wasny de Roure

Assessoria de Plenário

RQ 183 /2011

REQUERIMENTO Nº

1

(Do Sr. Deputado Wasny de Roure)

DATA RESERVADA NA AGENDA GERA DE EVENTOS:

27,06,11

HORA: 15h LOCAL: Auditorio

Requer a realização de audiência pública para discutir a política de creches e préescolas no Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com amparo no art. 145, do Regimento Interno, venho requerer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Casa, a ser realizada no mês de junho, no auditório, para discutir a política de creches e pré-escolas no Distrito Federal.

Ao Setor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida, à Assessoria de Plenério análise de admissão distribuição, observado o art. 132 do Rt.

JUSTIFICAÇÃO

O atendimento à criança de zero a seis anos de idade, no Brasil, tem experimentado significativas mudanças no decorrer dos últimos vinte anos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a criança foi reconhecida em sua cidadania, e, portanto, como sujeito de direitos.

A Constituição Federal, em seu artigo 208-IV, determinou que "o dever do Estado com a educação às crianças de zero a seis anos será efetivado mediante garantia de atendimento em creche e pré-escola.".

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 ratificou que "é dever do Estado assegurar... atendimento em creche e préescola às crianças de zero a seis anos de idade... (ECA, art. 54-IV).

A Lei n.º 394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 4º-IV, confirmou, mais uma vez, que o atendimento gratuito em creche e pré-escola é dever do Estado.

Portanto, ao ser integrado ao sistema regular do ensino, como direito da criança, o atendimento em creche e pré-escola passou a ser, em

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RO Nº 183 | 2017
FIS. Nº Q(B)

Eixo Monumental – Praça Municipal – Quadra 02 Lote 05 – 70070-545 – Brasília DF – Fone: 3348-8050



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL Gabinete do Deputado Wasny de Roure

contrapartida, um dever do Estado. A dimensão desse direito é universal, independente de classe social, diversidade cultural ou diferenças regionais.

O debate proposto visa contribuir para a construção de uma política de Educação Infantil inclusiva, educativa e profissional. Isto é, aquela a que todas as crianças tenham acesso, prevalecendo às funções de cuidar e educar, integradas, complementares e interdependentes, realizada por profissionais com capacitação específica para atuarem na Educação Infantil.

Diante dessa explicação, esperamos o apoio dos nobres Deputados no sentido de aprovar o presente requerimento.

Brasília,

de

de 2011.

DEPUTADO WASNY DE ROURE

